

**ENTRE "REALIDADE" E "FICÇÃO": A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS
POLICIAIS SOBRE A CATEGORIA JUDICIÁRIA HOMICÍDIO A PARTIR DE
TRÊS OBRAS LITERÁRIAS**

BETWEEN "REALITY" AND "FICTION": THE CONSTRUCTION OF POLICE
SPEECHES ABOUT THE JUDICIAL CATEGORY HOMICIDE FROM THREE
LITERARY WORKS

Sylvia Amanda da Silva Leandro¹

Luiz Eduardo Figueira²

RESUMO

A partir de três obras literárias escritas por policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, em que se tenta descrever as experiências diárias dentro da corporação policial, este trabalho procura analisar de que forma os discursos destes atores podem ajudar a pensar o problema da letalidade policial no estado. Partindo da noção foucaultiana de discurso enquanto conjunto de estratégias que fazem parte de práticas sociais, trata-se de uma tentativa de elucidar "o que matar quer dizer" no cotidiano policial, buscando entender como estes discursos constroem a categoria "homicídio". Não se trata, porém, de realizar mera transposição do conteúdo de narrativas ficcionais, mas sim, verificar em que pontos "ficção" e "realidade" podem se confundir e se esclarecer, na medida em que as obras literárias analisadas se apresentam enquanto representações de experiências concretas.

PALAVRAS-CHAVE: "ficção" e "realidade"; discurso policial; homicídio

ABSTRACT

From three literary works written by military police of the State of Rio de Janeiro, which attempts to describe daily experiences within the police corporation, this paper seeks to analyse how the speeches of these actors can help thinking about the problem of police lethality in the State. Starting from the Foucault's notion of discourse while set of strategies that are part of social practices, it is an attempt to elucidate "the means to kill" on daily life COP, seeking to understand how these speeches build category "homicide". It is not, however,

¹Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada ao Grupo de Pesquisa Cultura Jurídica, Justiça Criminal e Cidadania (PPGD/UFRJ).

² Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura Jurídica, Justiça Criminal e Cidadania (PPGD/UFRJ).

to carry out mere transposition of the content of fictional narratives, but rather, check in which points "fiction" and "reality" can be confusing and clarifying, to the extent that the literary works studied are presented as representations of concrete experiences.

KEYWORDS: "fiction" and "reality", police speech, homicide

1. “DESCREVENDO” O OBJETO

Foucault (2003) apresenta um eixo metodológico de pesquisa que chama de análise dos discursos e que se distancia de uma tendência a tratar o discurso como um conjunto de fatos lingüísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção. O autor vai explicar que, por esta compreensão metodológica, passa a ser necessário considerar os fatos de discurso como

(...) jogos, jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. (FOUCAULT, 2003, p.9)

Partindo da noção foucaultiana de discurso enquanto conjunto de estratégias que fazem parte de práticas sociais, este trabalho tentará elucidar o que matar quer dizer a partir dos discursos policiais trazidos especificamente por três obras literárias, buscando entender como estes discursos constroem a categoria homicídio, que aparece como algo naturalizado dentro do campo do direito na normatividade do “Art.121, do Código Penal: Matar Alguém”. Além do livro *Elite da Tropa*, que obteve grande popularidade e foi adaptado para o cinema, serão utilizadas outras duas obras literárias: “*Incursionando no Inferno – A Verdade da Tropa*” e “*Sangue Azul – Morte e Corrupção na PM do Rio*”. Os discursos acionados nesta obras literárias se referem a um lugar histórico-social específico que não se pode esquecer e, por este motivo, a abordagem não deixará de considerar também um olhar para os discursos a partir das e nas práticas sociais concretas.

O problema da letalidade da ação policial vem se configurando, nos últimos anos, a partir de perspectivas reflexivas as mais díspares. Dentre elas, é possível apontar a jurídica, a política, a acadêmica, a midiática, mas também, a artística, por meio, especialmente, da literatura e do cinema. Estas perspectivas se produzem dentro de diferentes campos sociais (BOURDIEU, 1997), que disputam significados e sentidos para o problema, que é apresentado como sendo único. A popularidade de obras literárias como as utilizadas no presente trabalho, com a adaptação de uma delas para o cinema, além da assiduidade das

discussões sobre questões de segurança pública, por exemplo, no campo midiático, demonstram que o problema da letalidade policial não é definido somente e a partir da Academia, mas sim algo que, nos termos de Bourdieu, se configura nas interinfluências entre esta e a cultura na qual se insere e, ao mesmo tempo, ajuda a delinear.

Assim, referir as obras de uma época às práticas da escola é o mesmo que obter um meio de explicar não somente o que estas obras proclamam, mas também o que elas deixam escapar na medida em que participam da simbologia de uma época ou de uma sociedade (BOURDIEU, 1992, p. 212).

A partir de meados dos anos 80 e, principalmente, no início dos anos 90, uma mudança no perfil do tráfico de drogas, com o aumento do comércio de cocaína e armas pesadas, contribuiu para o aumento da rentabilidade das facções criminosas e o conseqüente crescimento da violência no Rio de Janeiro. Neste sentido, Silva (1997; 2004) aponta para a existência de um fenômeno de “desencapsulamento” do tráfico de drogas, que teria acarretado um crescimento da criminalidade violenta atrelada a esta atividade ilícita. Haveria uma tendência de transformação da violência, de “meio socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação”, isto é, uma sociabilidade violenta que dá forma ao crime organizado (1997, p. 5).

Embora a grande maioria não integre as quadrilhas de traficantes, os moradores de favelas, principalmente os jovens favelados, têm sido considerados como “mão de obra” em potencial para a manutenção do “empreendimento” constituído pelo tráfico de drogas nas favelas e periferias cariocas. De outra forma, pode-se compreender que a acumulação de desvantagens para um segmento da população, no caso os favelados, e a incriminação preventiva de certos “tipos sociais”, no caso os “bandidos traficantes”, faz surgir um processo de sujeição criminal (MISSE, 2010, p.79). Tem-se uma construção do sujeito como naturalmente “bandido e perigoso”. Entretanto, trata-se de um sujeito específico, que ocupa um lugar social específico, não sendo qualquer crime “capaz” de tornar o sujeito “bandido”. No caso específico do Rio de Janeiro, este sujeito é identificado com o tráfico de drogas, devendo habitar os espaços das favelas ou periferias. Este sujeito construído como criminoso violento e perigoso, em um processo de reconhecimento e auto-reconhecimento de sua condição de “bandido”, precisa, portanto, ser aplacado, liquidado.

A partir dessa construção social, promove-se, a partir de discursos midiáticos e da sociedade civil, o entendimento de que há necessidade de se aplicarem políticas públicas de segurança duras e repressivas, voltadas, exclusivamente, para estas localidades. Desenvolveu-se uma forte corrente de opinião que considera que a situação excepcional – de guerra – não

admite balanceamentos com políticas de direitos humanos e de respeito aos direitos civis nos territórios favelados, identificando, através da “metáfora da guerra”, quem está do lado do “bem” e quem está do lado do “mal” (LEITE, 2000).

De acordo com os próprios dados dos levantamentos oficiais realizados pelo Instituto de Segurança Pública (www.isp.rj.gov.br)³, há momentos em que os números de mortes de civis em operações policiais nos territórios das favelas e periferias aumentam significativamente. Essas mortes, na maioria das vezes, são registradas sob a denominação de “Homicídio por Auto de Resistência”. A título exemplificativo⁴, de acordo com os dados estatísticos fornecidos por este Instituto, entre os anos de 2002 e 2008, houve 7673 vítimas da ação policial em todo o Estado do Rio de Janeiro. Estima-se, também com base nos dados oficiais, que, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas em supostos confrontos com as forças de segurança pública do Estado, conforme relatório final da pesquisa “Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro” (Misse - Coord., 2011). No artigo *Autos com ou sem resistência: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais* (NASCIMENTO, GRILLO e NERI, 2009) apresenta-se dados sobre “autos de resistência” e outras mortes violentas divulgados pelo ISP.

Neste contexto de violência da cidade, parte significativa (24%) das mortes violentas é composta pelos “autos de resistência” (688), conforme Gráfico do ISP, que inclui também as vítimas de homicídios dolosos (2069) e latrocínio (98), e os policiais mortos em serviço (17), em 2008 - total de mortes violentas em 2008 na capital: 2872. Diante da predominância de homicídios dolosos e “autos de resistência” no cômputo total de mortes violentas na cidade, comparou-se a incidência dessas duas variáveis, entre 2002 e 2008 (...). O número de vítimas de “autos de resistência” esteve sempre acima de 600 por ano, chegando a 902 em 2007 – uma média de 2,4 mortos pela polícia por dia na cidade. Entre janeiro e julho de 2009, foram registrados 1330 homicídios dolosos e 393 “autos de resistência” na capital. (NASCIMENTO; GRILLO; NERI, 2009, pp. 03-04).

Há a acusação, por parte de representantes de moradores de favela e também por denúncias veiculadas na mídia, de que parte dos homicídios praticados por policiais em favelas e periferias são mascarados pelo argumento da “legítima defesa”. Ou seja, argumenta-se que parte das mortes de civis em favelas não são decorrentes de uma atividade policial institucional e de defesa, mas sim fruto de uma atuação policial abusiva de direitos. Reclama-

³ De acordo com seu site, o Instituto de Segurança Pública é uma autarquia criada em 1999, órgão responsável por pesquisa, análise criminal, capacitação profissional e Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de colaborar na promoção dos saberes comuns à Segurança Pública, desenvolvendo projetos em parceria, pesquisas e análise criminal, além de um extenso conjunto de ações facilitadoras ao necessário diálogo entre as expressões da Segurança Estatal e a Sociedade Civil. Acrescenta-se, no site, que as ocorrências criminais registradas no Estado são divulgadas periodicamente para atender às demandas da Secretaria de Estado de Segurança, das polícias e da sociedade.

⁴ Cabe ressaltar que não há, neste trabalho, a pretensão de realizar uma análise quantitativa.

se, ainda, que os mecanismos institucionais facilitariam a impunidade das condutas policiais entendidas como violentas.

Com tudo isto, neste trabalho, a partir das obras literárias observadas, pretende-se certa inversão da lógica de problematização da letalidade policial nos territórios favelados, levando a sério as representações e discursos produzidos pelos próprios policiais. Busca-se entender o que eles dizem sobre suas práticas profissionais e sobre o “homicídio por auto de resistência” enquanto questão ou não, já que a possível letalidade de suas atuações parece estar compreendida por uma noção de monopólio legítimo da força pelos agentes a serviço do Estado.

O objeto deste artigo foi desenvolvido no âmbito de um grupo de pesquisa que produz reflexões acerca da cultura jurídica, justiça criminal e cidadania. Relacionando-se fortemente com a pesquisa de Mestrado desenvolvida por um dos autores, na qual se propôs pensar o tratamento judiciário do “homicídio por auto de resistência”. Ou seja, produzir mapeamento e análise das representações e dos discursos produzidos pelos atores judiciários (Polícia Judiciária, Ministério Público e Juízes de Direito) quando se trata do problema do “homicídio por auto de resistência”. “Homicídio por Auto de Resistência”, a partir de práticas institucionalizadas, é o termo utilizado pela polícia judiciária, ao registrar ocorrência, para definir as mortes acontecidas em confronto com a polícia e causadas pelos policiais. Procedimento inicialmente regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969 e publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969 (JUSTIÇA GLOBAL, 2004).

Este texto, ao se valer, como material de pesquisa, de três obras literárias que privilegiam a fala de policiais militares na tentativa de descrever suas experiências diárias dentro da corporação policial e tocando no problema da letalidade policial, tentará analisar de que forma os discursos destes atores sociais podem contribuir na construção da categoria homicídio e nas reflexões acerca do “homicídio por auto de resistência”.

Não se trata, porém, de realizar mera transposição do conteúdo de narrativas ficcionais para o entendimento da realidade que se pretende estudar. Mas sim, verificar em que pontos ficção e realidade podem se confundir e se esclarecer, na medida em que as obras literárias analisadas se apresentam enquanto representações de experiências concretas. Para tanto, levar-se-á em conta a forma com que os atores, isto é, os policiais protagonistas conduzem as apresentações que fazem de si. A tudo isto, procurar-se-á também atrelar a noção de pertencimento a um corpo social, no caso a corporação policial militar, que cada um dos discursos aciona.

Além disso, a discussão, neste trabalho, sobre a questão da letalidade policial, a partir dos discursos dos próprios policiais, procura entender como os atores, isto é, os policiais lidam com o “matar” enquanto atribuição funcional e/ou prática cotidiana. Tentar-se-á, no entanto, não perder de vista o fato de que esta análise se constrói a partir das obras literárias e não de um trabalho de campo com policiais. Neste sentido, pensam-se as obras como sendo, em parte, sistematizações de um conjunto de representações.

2. AS OBRAS LITERÁRIAS E SEUS AUTORES

No livro *Elite da Tropa*, publicado no ano de 2006, discute-se, com pretensões de verossimilhança, o cotidiano do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (PMERJ). Através de uma narrativa ficcional, baseada em fatos reais, descreve-se o dia-a-dia dos policiais integrantes deste grupamento, tido como uma tropa de elite da força policial. A necessidade de apresentar um relato de realidade e impacto se impõe logo no texto da contracapa do livro.

Máquinas de Guerra. Eles foram treinados para ser a melhor tropa urbana do mundo, um grupo pequeno e fechado de policiais atuando com força máxima e devastadora. A partir de experiências reais, os autores criaram uma ficção vertiginosa, que nos arrebatava e surpreende, ao mostrar o cotidiano de homens adestrados para se transformarem em cães selvagens. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, contracapa)

Este livro, ao contrário dos outros dois analisados neste trabalho, apresenta a peculiaridade de ter, como um de seus autores, o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, estudioso do problema da segurança pública. Sua apresentação biográfica na orelha do livro elenca, ainda, o fato de ele ter sido Secretário Nacional de Segurança Pública no ano de 2003 e, também, Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo do estado do Rio de Janeiro, de janeiro de 1999 a março de 2000. Trata-se, portanto, de certa presença de um olhar acadêmico a respeito deste grupamento da PMERJ, conhecido como BOPE. Contudo, ao explicitar a trajetória política do pesquisador, “autorizado” a falar “de dentro” da “máquina” da segurança pública, e enfatizar a inserção profissional dos outros dois autores, o discurso de apresentação da obra literária irá se investir de um “argumento de autoridade” (OLIVEIRA, 2004), legitimando-os como aptos a falar das questões de polícia e de segurança pública.

Assinado por uma das maiores autoridades do Brasil em segurança, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, e por dois policiais, André Batista e Rodrigo Pimentel, este

livro revela subterrâneos explosivos de uma cidade partida. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, contracapa)

Oliveira (2004), ao comentar o uso recorrente do chamado “argumento de autoridade” no meio jurídico, explica que este recurso é verdadeiro “reverencialismo”, ou seja, quando se está mais preocupado em convencer o interlocutor com apelações a certa retórica do que com a força da exposição. No caso do livro em análise, no entanto, é preciso convencer os leitores de que os autores são *informantes autorizados* (BOURDIEU, 1996) sobre o cotidiano que se quer relatar e, assim, propõe-se um “reverencialismo autorizado”, na medida em que se trata de um recurso de publicidade.

Os outros dois autores de *Elite da Tropa* são policiais e ex-membros do BOPE. Um deles, André Batista, conforme descrição no livro, é Capitão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), tendo sido membro do BOPE entre 1996 e 2001. Em sua apresentação biográfica no orelha do livro, ainda se ressalta que ele fez o curso de aperfeiçoamento de oficiais da PMERJ, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e se pós-graduou em políticas públicas e segurança na Universidade Federal Fluminense. O outro autor-policial é Rodrigo Pimentel, que foi membro da PMERJ, de 1990 a 2001, tendo sido Capitão no BOPE de 1995 a 2000. Acrescenta-se, na sua apresentação biográfica, que é pós-graduado em sociologia urbana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que foi articulista do *Jornal do Brasil* e co-produtor do documentário *Ônibus 174* e, ainda, que é consultor de segurança.

A obra reserva para si uma posição de vanguarda, afirmando-se como o primeiro livro, no Brasil, a mostrar o ponto de vista do policial. Os autores, em uma estratégia de legitimação, enfatizam a conjugação da experiência prática na área da segurança pública aos conhecimentos do campo acadêmico. E, por esse viés compreensivo, o livro mostraria um lado desconhecido do “combate” diário nas grandes cidades.

Elite da Tropa descortina a violência de um ponto de vista absolutamente original – o olhar da polícia. Pela primeira vez, vamos acompanhar a rotina do policial ouvindo sua própria voz, seguindo seus passos, seu drama diário – ele, que pratica a brutalidade extrema, porque não se sente regido pela legalidade constitucional, e sim pelo imperativo da guerra. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, orelha do livro)

O segundo livro estudado é *Incursionando no Inferno - A Verdade da Tropa*, com publicação também no ano de 2006, em que se apresenta o olhar de um oficial do BOPE sobre inúmeros episódios envolvendo as ações operacionais, o cotidiano de treinamento, as relações

hierárquicas, mas também, as questões de política institucional no Batalhão de Operações Especiais da PMERJ.

O autor do livro é Mário Sérgio Duarte, biografado, na orelha do livro, como um homem de “48 anos, casado, com três filhos, bacharelado em Filosofia pela UFRJ”. Tendo recebido “em 1989 a designação de Caveira nº 37”, que, segundo a apresentação do livro, é a forma como são chamados os integrantes do BOPE. Acrescenta-se que, na PMERJ, o autor passou pelas funções de Comandante da Academia Dom João VI e também pelo comando do Batalhão da Maré. À época da publicação, Mário Sérgio Duarte estaria ocupando o cargo de Comandante do BOPE.

Este livro traz, em sua introdução, a ressalva de que foi escrito na década de 90, tendo recebido o título inicial de “IncurSIONando o Inferno”, com o qual teria sido registrado na Biblioteca Nacional em 1994. Neste ponto, parece disputar legitimidade e precedência a *Elite da Tropa*, que, como observado anteriormente, se apresenta como algo original e pioneiro. Opera-se, a partir daí, um debate discursivo que teria por objetivo dizer uma verdade, a “verdade da tropa”. Aspecto que pode ser levado em consideração, neste ponto, é que, à época da publicação e sucesso de vendas do livro *Elite da Tropa*, Mário Sérgio estaria à frente do comando do BOPE e, curiosamente, seu livro *IncurSIONando no Inferno – A Verdade da Tropa*, já escrito cerca de 10 anos antes, também teria sido publicado no mesmo ano de 2006. Não se pode afirmar, com segurança, qual das duas obras primeiro chegou às livrarias, entretanto, parece ser incontestável a popularidade alcançada por *Elite da Tropa*, ao passo que *IncurSIONando no Inferno* passou um tanto despercebido pelo gosto popular, embora, nesta observação superficial, não se leve em consideração, por exemplo, questões como a propaganda editorial e repercussão midiática.

Em um viés distinto dos dois anteriores, o livro *Sangue Azul: Morte e Corrupção na PM do Rio* apresenta uma espécie de narrativa de denúncia. Em seu prefácio, o narrador-policia argumenta que “este livro é para o povo carioca, para o Brasil enxergar o que está acontecendo”. Explica, ainda, que “não é fácil abrir os olhos para essa realidade”, isto porque, segundo ele, “tem que ter estômago para encarar estas páginas” (GUDEL, 2009, p.09).

Trata-se de um relato ficcional, conduzido por uma narração em 1ª pessoa, em que um policial descreve experiências vividas por ele e outros colegas durante seus anos como policial militar do estado do Rio de Janeiro da tropa regular. Segundo ele, o objetivo do livro é denunciar a existência de um suposto “estado de guerra” e a “criação de um poder paralelo pelos bandidos, junto com a polícia”. Para tanto, ele conduz um texto que enfatiza episódios violentos praticados por traficantes de drogas, execuções sumárias realizadas por policiais,

corrupção de policiais e outros agentes do poder público, além de problemas familiares e financeiros enfrentados pelos policiais no dia a dia.

Seu autor imediato, Leonardo Gudel, não é um policial, funcionando, assim, como uma espécie de “testa de ferro” para o policial “Rubens”, um “ghost writer”⁵ autobiográfico “às avessas”. Isto porque é Leonardo Gudel quem organiza, em formato de discurso literário, o que “Rubens” descreve em forma de memórias pessoais.

Há anos que eu quero fazer um livro sobre o que passei na polícia, mas nem sabia como começar. Através do roteirista de cinema Leonardo Gudel é que dei os meus primeiros passos. Redigi um pequeno texto, com umas vinte páginas, mas que já continha os pontos essenciais que eu queria abordar. Não sou um homem das palavras, tenho um dos trabalhos mais barra-pesada que existe. Após vários encontros, conversas no MSN, pelo telefone, seguindo fielmente o que eu lhe contei, o Leonardo transcreveu este pedaço da minha vida para o papel. Um pedaço amargo, mas que sinto o dever de transmitir. (GUDEL, 2009, pp. 07-08).

Este livro apresenta a peculiaridade de já ter sido escrito de forma que pudesse se tornar filme, o que se verifica no fato de ter sido imediatamente escrito por um roteirista de cinema. Seu discurso, assim, parece ter sido elaborado de forma a cumprir formatos bem mais cinematográficos. Diferentemente de *Elite da Tropa*, que alcançou maior popularidade após sua adaptação para o cinema, com o filme *Tropa de Elite*⁶, mas que foi escrito em formato eminentemente literário.

As três obras literárias apelam para o caráter impressionante e surpreendente dos relatos sobre o cotidiano dos policiais, valendo-se, neste ponto, do elemento “fantástico” com que se elabora a escrita.

Na primeira parte de *Elite da Tropa*, concentram-se relatos impressionantes sobre o cotidiano dos policiais de elite. Na segunda, um de nossos personagens seguirá numa trama que envolve autoridades de segurança, traficantes, políticos e policiais – uma rede que tece alianças improváveis entre os vários atores deste cenário. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, orelha do livro)

Mais impressionante que qualquer livro, filme ou documento que você tenha lido ou visto sobre o tráfico de drogas e a corrupção policial e política no Rio ou em qualquer lugar. Incomparável. Revoltante. Absurdamente real. Um depoimento chocante e arrasador! (GUDEL, 2009, contracapa)

O campo literário abre espaço ao fantástico e ao lúdico, que precisa ficar ausente, por exemplo, de um texto acadêmico que trate de questão semelhante. A análise dos discursos que se apresentam por meio da literatura requer, portanto, a consideração destes elementos

⁵ Ghost-writer (“Escritor-fantasma”, em inglês) é como se chama à pessoa que, tendo escrito uma obra ou texto, não recebe os créditos de autoria - ficando estes com aquele que o contrata ou compra o trabalho. (Fonte Wikipedia, Dicionário Aurélio, verbete “ghost-writer”).

⁶ *Tropa de Elite*, Brasil, 2007, Cor, 118 min.. Direção: José Padilha.

constitutivos da elaboração textual literária. Um texto acadêmico tem determinadas exigências metodológicas e, também, critérios de validade que precisam ser perseguidos (OLIVEIRA, 2004). Portanto, uma “incorporação acrítica” dos discursos literários ao discurso acadêmico pode gerar descontextualização e confusões epistemológicas.

Outro aspecto comum na exposição dos três livros considerados é a ênfase dada ao fato de serem fictícios os personagens, os lugares, as datas, quaisquer elementos identificadores dos fatos, entretanto, ressalta-se que o conteúdo seria completamente real. Trata-se de uma verdadeira dinâmica de aproximação/afastamento entre realidade e ficção também proporcionada pelo discurso literário.

Este livro é uma narrativa de ficção em que os fatos e cenários foram reescritos em parte ou integralmente. Todos os lugares e pessoas têm nomes fictícios, para que sua identidade seja preservada. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, orelha do livro)

Se, por acaso, nossa imaginação se equiparar ao que efetivamente acontece, talvez isso decorra do fato de termos escrito este livro a partir das nossas experiências, e de termos vivido, cada um à sua maneira, a realidade da segurança pública do Rio de Janeiro. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, prefácio do livro)

Este livro, embora escrito na forma supra-real, conta a história de uma unidade policial de operações especiais que combate o narcotráfico... Rio de Agosto é a fictícia cidade onde os fatos acontecem. Suas personagens também são fictícias. O cheiro de pólvora no ar... é real. (DUARTE, 2006, contracapa do livro)

A necessidade de preservação da identidade se acentua em *Sangue Azul*, sendo parte, assim, da estratégia do tom de denúncia com que o discurso policial se configura nesta narrativa.

É evidente que, para proteger as pessoas que participaram dos episódios descritos no livro, todos os seus nomes próprios foram alterados. Inclusive o meu, que não me chamo Rubens. Foram alterados também os nomes dos lugares. Misturamos a geografia da cidade para que nenhum evento ou participante possa ser identificado. Essa postura de proteger os envolvidos foi seguida por uma convicção minha (...). Tudo que está escrito nas páginas abaixo são experiências vividas por mim e outros colegas durante meus anos como policial militar do Estado do Rio de Janeiro. (GUDEL, 2009, p. 07)

A questão da preservação da identidade dos atores parece produzir um efeito de homogeneização dos discursos. Ou seja, os personagens apresentados falam em nome de uma corporação, de todo um segmento e de experiências comuns, investindo seus discursos de legitimidade, haja vista o fato de ressaltarem, durante toda a elaboração do discurso, seus conhecimentos acerca das situações e problemáticas das quais se fala.

Os discursos policiais irão enfatizar, por exemplo, a legitimidade que possuem para falarem sobre o crime e, por conseguinte, sobre os criminosos. Sobre esse aspecto, os policiais

estariam se configurando enquanto “informados” (GOFFMAN, 2008). De acordo com Goffman, uma pessoa “informada” é aquela cuja informação vem de seu trabalho num lugar que cuida não só das necessidades daqueles que têm um estigma particular quanto das ações empreendidas pela sociedade em relação a eles.

A polícia, devido ao fato de ter que lidar constantemente com criminosos, pode se tornar “informada” em relação a eles, levando um profissional a declarar que “... de fato os policiais são as únicas pessoas que, além de outros criminosos, o aceitam pelo que ele é”. (GOFFMAN, 2008, p. 39)

Neste ponto, em especial, a análise dos discursos produzidos pelos atores, a partir destas obras literárias, pode ser uma tentativa de compreender até que ponto os atores sociais dão conta de interpretar, de narrar e de “julgar” as próprias experiências cotidianas. Outra questão a se observar é a necessidade que sentem esses atores de construírem discursos que digam a sua versão.

3. ELITE DA TROPA: chefe e subordinado na “elite”

Em *Elite da Tropa*, a narrativa procura se situar em uma posição crítica, ou seja, o discurso se apresenta como aquele que procura reconhecer pontos positivos e negativos nas experiências cotidianas. Assim, se, por um lado, dá destaque ao compromisso institucional daqueles que integram o BOPE, por outro lado, apresenta a insensibilidade e brutalidade como um dos problemas inerentes à tropa.

Para me utilizar do conceito de Goffman (1974), talvez seja até possível falar em uma *instituição total*, pelo menos, no que se refere aos valores perseguidos pelos integrantes do BOPE nos mais diversos âmbitos da vida pessoal. Para este autor, as instituições totais seriam “estufas para mudar as pessoas: cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 1974, p.22). Os homens do BOPE, de acordo com *Elite da Tropa*, passam a ser vistos como “incorrupíveis”, porém “extremamente violentos”. A noção de “pertencimento”, reproduzida nos discursos atribuídos aos membros do BOPE, faz crer que a socialização via instituição opera “ruptura das barreiras” que normalmente separam os vários “aspectos da vida”, tal qual o processo descrito por Goffman, daí a possibilidade de classificação da formação dos membros deste grupamento especial como totalizante.

No livro *Elite da Tropa*, por exemplo, grande destaque é dado ao treinamento deste grupo especializado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A descrição do treinamento procura o tom do impressionante, trazendo ao discurso uma carga de sensações

que atingem, incisivamente, o interlocutor. Por meio deste recurso, o locutor se coloca numa posição de “autoridade” sobre o que diz e devolve o interlocutor à posição de simples “aprendiz”, por não ter nenhuma noção acerca do que seria vivenciar as sensações que emanam do que se descreve. Constrói-se, assim, uma “provação” pela qual só quem passa é que pode fazer idéia de como seja.

Depois de cavalgar 100 quilômetros, sem arreio e sem descanso, mortos de fome e sede, completamente devastados pelo esgotamento físico, com as coxas e a bunda em carne viva, nós tínhamos a opção de sentar ou não na bacia com salmoura. (...) Quem se poupava, no dia seguinte não conseguia nem se mexer: as feridas inflamadas, cobertas de pus; a coxa, o saco e a bunda inchados. Resultado: imobilizados, eram reprovados. E o pior era o ritual de humilhação do desligamento: tinham de cavar a sepultura e simular a própria morte, deitando-se no fundo da cova. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, pp. 16-17)

Bourdieu (1996), em sua análise da construção de limites arbitrários pelos ritos de instituição, mostra que estes possibilitam o reconhecimento do arbitrário como algo legítimo e natural. Por este raciocínio, exemplifica que o sofrimento imposto ao corpo por um rito de iniciação teria o poder de qualificar aquele que consegue vencer tal etapa.

Todos os grupos confiam ao corpo, tratado como uma memória, seus depósitos mais preciosos. E a utilização do sofrimento infligido ao corpo de que se valem os ritos de iniciação em qualquer sociedade torna-se compreensível quando se sabe (como bem o demonstram inúmeras experiências psicológicas) que as pessoas aderem de maneira tanto mais decidida a uma instituição quanto mais severos e dolorosos tiverem sido os ritos iniciáticos a que se submeteram. (BOURDIEU, 1996, p.103).

Sobre a questão do poder que se investe sobre o corpo, Foucault (1987) também mostra que o suplício, promovido pela prática da tortura imposta ao “corpo do paciente”, “produz ritualmente a verdade”. No caso do treinamento do BOPE, a vitória sobre o sofrimento revela o “verdadeiro combatente das forças especiais” e, a partir justamente da imposição deste sofrimento, é que a instituição investe seus membros de parte do poder que detém, permanecendo, no entanto, superior a eles. O “corpo” do membro do BOPE passará, então, a carregar símbolos que o diferenciam, que o fazem crer mais poderoso e “indestrutível” que antes.

(...) o corpo também está diretamente mergulhado num campo político: as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (...) o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1987, pp. 25-26)

Quando o policial do BOPE se apresenta por oposição ao policial da tropa regular da mesma corporação policial, ele o faz por ter certeza da diferença estabelecida pelo rito de

instituição que o torna “Caveira”, “Homem de Preto”, dentre outros codinomes apresentados pelo livro.

O verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa. (BOURDIEU, 1996, p.103)

No discurso apresentado em *Elite da Tropa*, aos ritos de iniciação dos policiais na tropa de elite, associa-se, ainda, elementos morais como a dignidade, coragem e incorruptibilidade que a instituição e seus membros esperam dos futuros integrantes. Sobre este aspecto moral, na apresentação do livro *Incursionando no Inferno: a Verdade da Tropa*, diz-se que o lema do BOPE é “Lealdade, Destemor e Integridade”.

Os símbolos que este policial passa a carregar, após este rito de passagem⁷, diz mais sobre a sua singularidade do que propriamente as novas atribuições que o trabalho policial passa a lhe exigir. Isto porque, as ações das quais passará a tomar parte parecem ser, de fato, mais estratégicas e táticas do que as da tropa regular. Entretanto, os espaços territoriais das operações e, até mesmo, os rendimentos salariais serão, na prática, os mesmos.

Há quem pense que as pessoas se corrompem porque ganham pouco. Raciocínio estranho. Afinal, há milhões de pobres no Brasil: gente séria e honesta (...). E há o próprio caso do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que até recentemente era um grupo pequeno e fechado, composto por 150 homens treinados para ser a melhor tropa de guerra urbana do mundo. Eles recebiam o mesmo salário de seus colegas da polícia convencional, mas eram incorruptíveis. Foram acusados de brutalidade desmedida, mas sua honestidade foi amplamente reconhecida. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p.07)

Os autores procuram humanizar os membros do BOPE, apesar de destacá-los como indivíduos *sui generis*. O fio condutor da fala neste livro parece ser a ambivalência, lidando o tempo todo com o par necessidade/desnecessidade da existência deste “grupamento” policial especializado. Ao mesmo tempo, a construção dos discursos parece ter a necessidade de ganhar um tom “politizado”, ou seja, o discurso policial apresentado procura ostentar o entendimento da realidade social em que se insere e a partir da qual atua. Além de procurar ressaltar mecanismos de poder que estariam intimamente relacionados com a posição de destaque ocupada pela tropa da qual faz parte.

O verbo é trabalhar. Quando o subordinado chama o comandante pelo rádio e pergunta, ‘chefê, posso trabalhar o meliante?’, está pedindo autorização para fazê-lo cantar, ou seja, para fazê-lo contar o que sabe. Da mesma forma que o governador

⁷ “Os requintes do ritual não deixam escapar nenhum ser, objeto ou aspecto, a fim de assegurar um lugar no interior de uma classe: à cada coisa sagrada, seu lugar” (Lévi-Strauss, 1997: 25).

autoriza o secretário de segurança a autorizar o comandante da PM, a autorizar o policial, quando lhe diz: ‘faça o que for necessário para resolver o problema’. O governador dorme o sono dos justos; o secretário descansa em berço esplêndido; o comandante repousa como um cristão; e o soldado, lá na ponta, suja as mãos de sangue. Se der merda, o bagulho estoura no elo mais fraco, é claro. Quem paga o pato é o soldado. Quem vai a juízo é o soldado. Quem frequenta as listas das entidades internacionais de direitos humanos é o soldado. O governador é ambíguo para descansar em paz; o secretário é sutil para preservar a consciência; o comandante cultiva os eufemismos e opta pelo vocabulário enviesado para proteger a honra e o emprego. Sobra para o soldado que bota pra foder por dever de ofício. É curioso: a ambigüidade só pode ser cultivada nos ambientes solenes do Palácio do Governo, onde a impostura e a violência são adocicadas pela coreografia elegante da política” (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p.37)

A citação apresenta o ponto de vista de um policial do BOPE acerca de seu lugar dentro da estrutura de segurança pública. O policial, a partir desta fala, se percebe enquanto peça de uma engrenagem bem maior, numa dinâmica aproximação/afastamento, que não lhe permite delinear de forma clara o que é dever e o que é poder. Levando-se em consideração que a eficácia do discurso não está meramente no poder das palavras, Bourdieu explica que

Apenas excepcionalmente em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem a relações de pura comunicação e o conteúdo informativo da mensagem esgota o conteúdo da comunicação. O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido. (BOURDIEU, 1996, pp. 85-87)

Dessa forma, o policial do BOPE, em *Elite da Tropa*, ao dizer o que pensa e ao revelar sua rotina de trabalho, produz um discurso delimitado pelas possibilidades de sua inserção no “sub-campo” da segurança pública, que se insere num campo social mais amplo que é o da política. Na percepção apresentada pelo policial, revela-se alguma noção que tem o sujeito acerca do mecanismo do qual faz parte, no entanto, não se pode afirmar as proporções em que se dá tal percepção, visto que os atores sociais, nesta lógica, são constituídos no campo e pelo campo social. No caso desta obra literária, esta afirmação parece fazer sentido na medida em que se atenta para o lugar social ocupado por seus autores.

O personagem-policial de *Elite da Tropa* o tempo todo procura delimitar sua posição enunciativa. Em boa parte dos episódios contados, utiliza-se de um recurso discursivo de distanciamento com relação ao que se quer dizer: “Como já afirmei antes, não julgo, avalio, denuncio ou critico, nem a mim nem aos outros. Minha missão é relatar o que aconteceu. É uma espécie de trabalho de parto” (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p.111). Com base neste posicionamento, o narrador-personagem se apresenta com ares de imparcialidade e pretende dar conta, por isso, da descrição do cotidiano e das práticas nas quais se insere.

No prefácio, os autores procuram apresentar o histórico de fundação do Batalhão, que teria sido criado em 1978, “concebido e adestrado para ser máquina de guerra”. E, diante disto, fazem a seguinte indagação: “vamos cobrar a loucura da guerra a quem foi treinado para matar?”. Apresentam, ainda, cantos de guerra que os soldados aprenderiam a cantar nos exercícios diários, tais como: “Homem de preto, qual é tua missão? É invadir favela e deixar corpo no chão”; “Se perguntas de onde venho e qual é minha missão: trago a morte e o desespero, e a total destruição”; ou “Sangue frio em minhas veias, congelou meu coração, nós não temos sentimentos, nem tampouco compaixão, nós amamos os cursados e odiamos pés-de-cão⁸”.

Com estas ponderações, os autores parecem desejar do leitor um olhar mais atento e compreensivo sobre as práticas profissionais que serão apresentadas ao longo do texto, além de definir o lugar específico de onde fala o policial-personagem. Segundo eles, o livro seria uma oportunidade de reflexão dos policiais e da opinião pública, a fim de que haja um avanço na tentativa de reconciliação entre a sociedade e as instituições policiais. Tolera-se, nestes argumentos, a crítica negativa, mas também certa indulgência com o ato de matar, pois que este estaria em harmonia com todo um processo de construção de uma identidade de opressor.

Porrada em vagabundo, execução de marginal, esse departamento é com a gente mesmo. Mas não tem negócio, não. Conosco não existe essa coisa de arrego. (...) À noite, por exemplo, não fazemos prisioneiros. Nas incursões noturnas, se toparmos com vagabundo, ele vai pra vala. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, pp. 25-26)

A fala do policial delimita quem vai morrer, i.é, o “vagabundo”, o “marginal”. Estes termos se apresentam impregnados de um julgamento moral que se faz por oposição à noção de “trabalhador”, àquele que está em “terras seguras” e não, à “margem”. Neste contexto, o membro do BOPE se coloca como alguém responsável por uma limpeza moral, daí, também, a necessidade de se apresentar incorruptível e marcar de forma clara o lugar a partir do qual ele, o policial, olha o “vagabundo”.

O policial-personagem que narra suas experiências é um oficial do BOPE, ou seja, ocupa certo grau hierárquico dentro da corporação policial e, de certa forma, fala de um lugar privilegiado. Ele próprio o reconhece no momento em que enfatiza, ao se apresentar, que estuda “na PUC, fala inglês e leu Foucault”. A partir deste investimento em legitimidade, ele localiza sua prática profissional dentro de uma estrutura histórico-política.

⁸ Cursados seriam os membros do BOPE e pés-de-cão são os policiais militares convencionais. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p.10).

Sei que essa política não foi correta. Agora, não tem mais jeito. A gente mata ou morre. Antes da implantação dessa política, há muitos anos, o marginal se rendia, quando se via inferiorizado. A ordem de atirar para matar, não admitindo rendição de bandido, acabou provocando um efeito paradoxal: aumentou a resistência deles e a violência contra a polícia. (...) Com isso, cresceu muito o número dos autos de resistência seguidos de morte, que são os registros das mortes de civis em confrontos com a polícia. Por outro lado, multiplicaram-se os assassinatos cometidos contra policiais. (...) E agora? Os herdeiros da loucura somos nós. O jeito é atirar mais rápido para não morrer. (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p.26)

Neste sentido, a letalidade da ação policial é atrelada, pelo discurso, a diretrizes específicas de uma política de enfrentamento de extermínio dos ditos “marginais”. Atribui-se, inclusive, caráter pernicioso a esta forma de atuação policial. No entanto, ao localizá-la dentro de um ciclo de dados fáticos, aponta-se para a impossibilidade de qualquer mudança em termos de práticas operacionais. Ou seja, já que é essa realidade que se tem, é com ela que se precisa trabalhar. Em última instância, buscam-se definições etéreas, como o estado de loucura, a fim de não precisar explicar a limitação de escolhas quando a ordem é “matar ou morrer”.

4. A VERDADE DA TROPA: o olhar de um comandante de “elite”

A categoria analítica central, se é que se pode utilizar este conceito na observação de uma obra literária, em *Incursionando no Inferno: A Verdade da Tropa* é a noção de “verdade”. Por meio dos personagens que aciona na narrativa, Mário Sérgio Duarte fala de um lugar privilegiado ao se apresentar enquanto Comandante do BOPE, apto a dizer a “verdade da tropa”. O capital simbólico (BOURDIEU, 1996) acumulado pela hierarquia, um dos elementos centrais da carreira militar, o investe de legitimidade institucional para que o que ele diz seja considerado o “discurso” da própria instituição.

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (BOURDIEU, 1996, p.89)

Na introdução de *A Verdade da Tropa*, o autor irá explicar que o livro é uma homenagem ao Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. E, a partir desse tom discursivo, realiza-se uma série de elogios ao papel ocupado pelos membros do Batalhão na estrutura da segurança pública do Estado. Trata-se, de acordo com o autor, “do paradigma de Combatente Urbano Especializado, necessário em qualquer Corporação que se defronte com os modernos desafios da Segurança Pública, quando crime e terror se misturam, apresentando uma nova face de perigo para a sociedade” (DUARTE,

2006, Introdução). Diante desta defesa entusiasmada, embora enfatize a necessidade de se dizer a “verdade” do cotidiano dos membros do BOPE, o autor já atrela ao seu discurso uma grande carga de parcialidade.

Não se trata de afirmar aqui a possibilidade de existência de discursos imparciais ou algo parecido, mas sim construções textuais que possibilitam que o discurso se apresente com carga maior ou menor de parcialidade. Ou seja, é possível que um texto seja completamente atrelado a uma ideologia que se quer inculcar, mas o faça lançando mão de recursos estilísticos e fazendo uso de categorias analíticas que o apresentem com ares de imparcialidade. Em *Elite da Tropa*, por exemplo, os autores ponderam que o que se pretende é uma reconciliação da sociedade com a instituição policial, e, para isto, utilizam recursos discursivos que possibilitam a elaboração de um texto que pode cair “nas graças” tanto da corporação policial, quanto da sociedade civil. Já, Mário Sérgio Duarte, ao enaltecer o BOPE a partir do olhar do Comandante, retira da narração qualquer possibilidade de teor crítico e faz o texto parecer uma grande defesa do lugar do BOPE no campo da segurança pública, ponto de vista ao qual ou se adere completamente, ou se abandona nas primeiras páginas. Ao retirar do leitor de maneira explícita a possibilidade de formação de “opinião própria”, o texto parece se tornar monótono, embora, analiticamente, pareça dizer bastante coisa.

Prossegue o autor, na Introdução, apresentando o lugar a partir do qual constrói seus relatos: “as histórias aqui narradas foram retiradas do cotidiano de lutas e desafios dos aguerridos Caveiras, durante o período em que servi na Unidade como Tenente, Capitão e Major”. E, assim, apesar da quase evidente parcialidade do discurso, o lugar ocupado pelo narrador dentro do campo o investe de legitimidade discursiva.

Este lugar enunciativo está em clara oposição ao lugar a partir do qual fala “Rubens”, o policial de *Sangue Azul*, porque, a despeito de seu tempo e experiência na carreira militar, ocupa posição hierárquica bastante inferior. O discurso deste precisará se revestir do tom “denuncista” para obter alguma credibilidade, além de, necessariamente, se colocar em oposição àquele entendido como oficial.

A Verdade da Tropa é uma narrativa em terceira pessoa, construída de forma linear, situando-se espaço-temporalmente a partir do segundo governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro, no início da década de 1990. O governador Leonel Brizola aparece, no livro, por meio do personagem “Governador Brígido Lameirão”. Dá-se maior destaque à questão da hierarquia militar, ao problema das trocas de comando e as questões políticas que as envolvem, além das relações com o Judiciário e outros órgãos do poder. O autor apresenta as

questões das trocas de comando e suas implicações, além da postura do comando na estrutura do campo da segurança pública.

Era extremamente excêntrico para um tenente-coronel, em geral todos muito formais e politicamente corretos, pois, no penúltimo posto da carreira, deveriam estar afinados com as exigências do grupo no poder, caso almejassem promoção, o que exigia considerável acomodação à linha política em voga e abdicação de juízos e inclinações, às vezes, até de fé religiosa. (DUARTE, 2006, p. 02)

Mário Sérgio enfatiza, no entanto, que ser do BOPE é colocar os princípios, principalmente a “honra”, acima de tudo, até mesmo das questões de política.

De sua parte, Watterson não aceitou o que haviam feito com Saldanha. Ele era leal com seus comandados. Numa honrosa atitude, pediu exoneração da função e deixou o comando, demonstrando ser um homem de caráter, imune às pressões políticas. Os tenentes lamentaram sua saída. Watterson partia justamente quando começavam a descobrir o grande líder que os guiava. Reconheceram que todo cuidado de Watterson, exigindo-lhes planejamento nas ações, visava garantir-lhes a vida. (DUARTE, 2006, p.15)

A despeito de suas funções institucionais, policiais que resolvem se construir para a opinião pública por meio de relatos ficcionais se apresentam enquanto sujeitos com consciência moral e senso de dever cívico. Desta forma, a partir de um olhar de comando, o autor marca a necessidade do planejamento estratégico e a preocupação com a população “de bem” que possa eventualmente ser atingida pelas operações policiais nos “morros” de “Rio de Agosto” (cidade fictícia que representa, no livro, a cidade do Rio de Janeiro). A proteção à população aparece como um dever funcional do policial.

O 1º tenente Stone, um jovem de apenas vinte e cinco anos de idade, mas com considerável experiência em ações de risco, inquiriu do comandante melhores informações sobre a missão, que considerava intempestiva. Não que estivesse com medo, mas àquela hora, quando moradores transitavam pelas ruas em retorno do trabalho, as chances de vítimas inocentes se multiplicavam, e confrontos no morro São Matheus não eram raros, sabia-o. (DUARTE, 2006, p.03)

Contudo, Mário Sérgio Duarte irá privilegiar em seu discurso uma política de endurecimento e combate à criminalidade, com uma necessária demonstração de força e poder. Coloca-se em posição crítica a posturas que ele define como “humanistas”. E, com isso, condena fortemente as políticas de não enfrentamento e os programas de policiamento preventivo implantados durante o governo de Brígido Lameirão (alcunha para o Governador Leonel Brizola).

Quando havia confrontos, interessava-lhes, antes, saber se civis haviam sido feridos, se estavam bem e quem era o responsável pela ação, incluindo na expressão civis, intencionalmente eufemística, inocentes e bandidos, repetindo o discurso dos direitos humanos que defendia. (DUARTE, 2006, p.18)

Desta forma, a problematização da letalidade da ação policial ocupa um lugar bastante secundário na narrativa, operando como resultado fático e inevitável do “combate ao crime”. O que importava, pelo olhar de um oficial superior, era a certeza de que se estava “derrubando” somente o inimigo. Por esta compreensão, o policial seria capaz de diferenciar e castigar os que merecem castigos ao invés de direitos. A morte do bandido é traduzida por cumprimento do dever.

Foucault (1987), ao explicar a função jurídico-política do suplício, mostra como o poder deve se manifestar implacável em determinados momentos para “reconstituir a soberania lesada por um instante”. As manifestações do poder devem, portanto, servir de exemplo.

A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado: por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível. Sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força. (FOUCAULT, 1987)

Pela voz do narrador em *A Verdade da Tropa*, o discurso policial envolve a necessidade de criar o pavor entre os criminosos: “os marginais se entreolharam apavorados. A constatação da presença do COE, ali, pertinho deles, causou-lhes efeito terrível”. Neste sentido, o ato de matar ou, ainda, a letalidade policial funcionará como argumento de poder.

5. SANGUE AZUL: o olhar do soldado fora da “elite”

Ao contrário das outras duas obras, “Rubens”, o policial de *Sangue Azul: Morte e Corrupção na PM do Rio*, não pretende, desde o início do livro, destacar pontos positivos da instituição policial, tampouco ressaltar qualquer sentimento “agradável” de pertencimento. Seu discurso se constrói a partir de uma posição de denúncia. Por meio do relato de seu cotidiano, ele quer dizer o “negativo”, aquilo que, segundo ele, o discurso oficial/institucional não apresentaria.

Sinto isto porque percebo em cada pessoa com quem converso que ela não tem a menor idéia do que está acontecendo no Rio de Janeiro. Estamos num estado de guerra. Os bandidos, junto com a polícia criaram um poder paralelo que controla as favelas e as camadas mais pobres da sociedade. Eles estão cada vez mais armados e daqui a pouco a bomba vai estourar (...). Essa terra sem lei, onde o mais forte se impõe à base do tiro e bomba, existe ao lado de prédios de luxo na Zona Sul e por infinitos lugares na Zona Norte. Está na cara de todos, mas parece que as pessoas têm medo de enfrentar a realidade. (GUDEL, 2009, p.08).

Ao se apropriar de conceitos inicialmente produzidos no campo acadêmico, como “poder paralelo” e “estado de guerra”, o policial “Rubens” se constrói enquanto alguém desolado com as questões sociais que diz perceber devido a sua prática profissional cotidiana e, ao contrário dos dois discursos anteriores, apresenta-se impotente para atuar sobre esta realidade constatada. Isto até o momento em que, para além do papel social de policial, resolve se tornar um “militante escritor”.

É claro que eu já entrei na PM sabendo que lá não tem nenhum santo. Mas entrei com o intuito de servir e proteger. Achei que poderia fazer o meu serviço e me afastar dos maus policiais. Mas infelizmente, a realidade não é tão simples. Não existem bons e maus policiais. (...) Este livro é para o povo carioca, para o Brasil acordar e enxergar o que está acontecendo. Não é fácil abrir os olhos para essa realidade. Tem que ter estômago para encarar estas páginas. (GUDEL, 2009, pp.08-09)

“Rubens” apresenta-nos uma narrativa em que se constrói como um policial “violento”, mas “humano”, com problemas familiares e com dilemas morais.

Quando o sargento parou o carro num beco faltando quase um quilômetro pra chegar no meu cafofo, eu entendi tudo. Ele tirou um maço de dinheiro e passou para dentro do meu bolso. Meu questionamento foi imediato:

- Que é isso, ô meu chefe?

- Ué, é a sua parte do dinheiro.

Na verdade, essa é a parte da história que faltava ser contada. (...) depois que me deixaram no pronto-socorro, a viatura seguiu para a favela vizinha e meus companheiros venderam, para a facção rival, os fuzis que nós encontramos. (...) O meu desconforto foi imenso. Eu não sou nenhum santinho, não é isso. Só não queria me meter no negócio mais burro que eu já vi na minha vida. (GUDEL, 2009, pp.37-38)

“Rubens” está o tempo todo em um profundo dilema: aceitar as “regras do jogo” ou sofrer as conseqüências por desejar ter uma postura dissonante. Não havia para esse policial, embora se definisse como um “sangue azul”, o total sentimento de pertencimento à instituição em que estava inserido. Certas práticas da corporação policial lhe causavam estranhamento e, por isso, o livro todo é recheado de estórias nas quais o próprio narrador se impressiona constantemente.

O sargento Lopes continuava andando calado pela sala. (...) Era o conde Drácula em pessoa. Ele se agacha na frente da filhinha do traficante. (...) Foi tudo muito rápido. O sargento pegou todo o rosto da criança com a mão aberta, bateu ele no chão, tirou a pistola do coldre e deu um tiro entre os olhos da menina. (...) Puta que pariu! Até agora eu não tinha sentido nada. Nada pelos vagabundos. Mas depois dessa eu me arrependi de ter entrado nessa parada. (...) Prendemos as mulheres prensando o espaldar das cadeiras nos seus peitos. Elas estavam uma de frente pra outra com o traficante de quatro, no chão, entre elas. O sargento pegou o 38 que tinha me dado. Sorrindo, falou eufórico bem perto dos rostos das mulheres.

- Agora, minhas senhoras divirtam-se porque o espetáculo vai começar!

O urro veio quando o sargento Lopes enfiou o cano do revólver no cu do traficante.

- Gostou? – perguntou o sádico sargento. Você vai gostar mesmo quando eu apertar o gatilho. O tiro vai provocar uma hemorragia interna que deve te dar umas oito horas de puro orgasmo. (GUDEL, 2009, pp.85-87)

O trecho supracitado é parte de um dos episódios contados por “Rubens”, em que ele, juntamente com um grupo de policiais, invade uma favela, para impor uma retaliação aos responsáveis pelo tráfico de drogas local, em virtude de uma agressão sofrida por um policial em sua vida particular. Em uma intervenção não institucional, o grupo de policiais, uma espécie de “milícia”, mata os trinta e oito traficantes da localidade e, por fim, tortura e mata o “chefe” do tráfico e toda sua família. Neste episódio, “Rubens” irá alterar momentos de euforia e de estupefação diante das atitudes do sargento que liderou a operação.

A “violência”, “corrupção” e “arbitrariedade do poder” parece ser o grande tema de fundo do discurso trazido pelo policial “Rubens”. A instituição policial é apresentada como algo falido, composto por membros que são transformados em “pessoas doentes” por toda uma estrutura de “dominação”.

Cada riso que escuto no batalhão, acho que estão falando de mim. Sinto que todo polícia, todo sangue azul, está armando alguma coisa para me matar. Não confio mais nem na minha própria sombra. Sou um PM morto em combate. Morto por não acreditar em mais nada. Morto por não ter a chance de poder mudar de emprego. Morto por não saber como me livrar da PM. (GUDEL, 2009, pp.329-330)

Dessa forma, “Rubens” termina o relato de sua vida como policial militar. Mostra a vida do policial como uma trajetória para uma espécie de abismo existencial, em que o sujeito já não consegue se desvencilhar de algo que sente oprimi-lo, por já não conseguir operar com valores morais que consegue distinguir. Parece ainda não se tratar do sujeito forjado por uma sociabilidade violenta, tal qual apresenta Silva (1997), que seria um tipo individual totalmente novo em que o indivíduo não consegue criar nenhuma relação com a alteridade, já que a violência se tornaria o princípio ordenador das relações sociais. A violência, no entanto, aparece na narrativa de “Rubens” como meio regulador da vida (MISSE, 2010).

Será que é possível imaginar como fica a cabeça de um sujeito que acaba de cometer, às vezes, mais de um assassinato? Que tem uma profissão em que é pago pra matar? Que se encontra em situações em que é obrigado a matar uma criança para não morrer? (...) Não é mole não. São milhares de pessoas na mesma situação que eu passei. Pessoas doentes, mas sem nenhum amparo do Estado. O trabalho transforma esses cidadãos em homicidas. Essas pessoas, na sua maioria, nem percebem o quanto estão piradas. (GUDEL, 2009, pp.329-330)

O olhar de “Rubens” a respeito da letalidade policial busca justificativas e aponta, em última instância, razões psíquicas para o alto índice de homicídios praticados pelas forças policiais no Rio de Janeiro. Dessa forma, o homicídio aparece como prática cotidiana indesejada, fruto de um corpo social que estaria se regendo por anormalidades em seu funcionamento. Não se trata de uma idéia isolada, ao passo que recentes notícias publicaram que pesquisas científicas têm estudado a mente dos policiais integrantes do BOPE, a fim de explicar, por exemplo, erros de execução nas operações policiais.

Conforme manchete do Jornal O Dia, de 31 de julho de 2010, intitulada “Cientistas estudam cérebro de policiais do Bope”, o alto índice de aproveitamento dos policiais do Batalhão de Operações Especiais virou objeto de estudo de cientistas do Laboratório de Mapeamento Cerebral e Integração Sensório-Motora, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com esta reportagem, o coordenador do projeto de pesquisa científica explicou que "com o estudo, podemos entender aspectos cerebrais de policiais e levá-los à melhor avaliação possível das situações, na tentativa de diminuir os índices de erros, como no caso do agente que confundiu a furadeira com uma arma".

Na avaliação da referida pesquisa, os membros do BOPE teriam mostrado que podem exercer diversas funções simultâneas, ativando várias áreas do cérebro, diferente de outras pessoas. Isso porque, com o treinamento, desenvolveriam, entre outras coisas, percepção, raciocínio rápido e capacidade de tomar decisões em situações extremas, sem perder o controle emocional. A notícia veicula, ainda, declarações de um major integrante do BOPE que parece confirmar a tese científica e, por consequência, o texto midiático.

Um policial de operações especiais tem de estar sempre pronto, não pode ser pego de surpresa. Raciocinar e antecipar uma situação em dois ou três segundos pode salvar sua vida. Não é paranóia, mas o 'caveira' formata seu cérebro para ficar atento 24 horas por dia”, define um major do batalhão, ressaltando que sua cabeça não descansa nem na folga. (JORNAL O DIA, 31 de julho 2010)

A partir desta comparação, observa-se que os discursos produzidos dentro de um campo social podem, conforme a pertinência temática do assunto de que tratam, acarretarem ressignificações em outros campos sociais. O campo midiático, no exemplo fornecido, acabou adotando o discurso científico para dar conta de algo que carece de alguma explicação imediata e suficiente, como o devem ser as matérias jornalísticas. O argumento científico, neste caso, revestiu-se de “autoridade” e colaborou na conformação do discurso midiático, tendo sido, ainda, corroborado pelo discurso policial.

Em *Sangue Azul*, o policial “Rubens” não destoa da perspectiva apresentada pelo major do BOPE na reportagem supracitada, embora “Rubens” nem mesmo pertença à

chamada “tropa de elite”. Ao narrar uma situação cotidiana, “Rubens” aproxima o discurso literário do discurso “real”.

Estaciono em frente à minha casa e ando até a padaria (...). De longe eu já percebo algo estranho (...). Eu me aproximo do balcão e vou sacar a arma quando o seu Geraldo aparece todo sorridente detrás da porta dos fundos(...). Relaxo. Não está rolando nenhum assalto. Foi só paranóia da minha cabeça. Mas a vida policial é assim mesmo, tem que estar preparado a toda hora. Quanto menos se espera, algum maluco pode mandar o Zé Maria vir te fazer uma visita. É foda. (GUDEL, 2009, p.19)

No discurso de “Rubens”, o ato de matar está atrelado a uma paranóia cotidiana vivenciada pelo policial, que deve matar para não morrer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Rio de Janeiro, as discussões sobre violência urbana e segurança pública se tornaram corriqueiras e, em certos momentos, alcançam certo desgaste no debate público. Disputam-se sentidos e ressignificações acerca do papel das forças policiais, numa tentativa de conformação da opinião pública e indicações para a solução do “problema”.

Contudo, é possível falar em matar, violência, segurança e polícia como categorias que falam por si mesmas? Parece que não.

A partir do momento em que esses conceitos são naturalizados pelos diferentes campos sociais e entram no debate público de maneira indistinta, o que parece ocorrer é uma mistificação dos atores sociais envolvidos, além de uma “esquizofrenia analítica” difícil de ser afastada. Os discursos procuram delimitar quem é o “mocinho” e quem é o “bandido”, quem representa o “mal” e quem pode personificar o “bem”, na busca de resoluções mirabolantes.

Na análise das três obras literárias, verifica-se que cada uma delas empreende uma busca pelo imparcial e verdadeiro dos fatos cotidianos da rotina do trabalho policial no estado do Rio de Janeiro, mas cada um dos discursos narrativos traz em si o lugar que seu locutor ocupa no campo social.

Por esta compreensão, o papel da análise acadêmica parece ser desvendar os mitos e enveredar por um caminho de complexificação das questões. Para isso, é preciso levar a sério os discursos dos atores sociais e tentar entender em que medida eles fazem todo sentido dentro do campo em que se produzem.

As obras artísticas e, mais especificamente neste trabalho, as obras literárias implicam um olhar para a carga de subjetividade implícita em suas elaborações. Elas parecem “gritar” por preencher um vazio deixado pelas discussões mais teóricas e técnicas dos campos

político, jurídico e acadêmico. Este vazio é a não percepção dos sujeitos e de suas demandas. Assim, a sensibilidade literária procura abrir caminhos para que se leve a sério o que o sujeito pode dizer a partir de seu lugar na estrutura social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas – O que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- DUARTE, M. S. . **Incursionando no Inferno – A Verdade da Tropa**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2006.
- FIGUEIRA, L. E. **O ritual judiciário do tribunal do júri**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. (p.09-129; 167-257).
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. ____: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- _____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. – 4. Ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUDEL, L. **Sangue Azul: Morte e Corrupção na PM do Rio**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.
- LEITE, M. P. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 73-90, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1997.
- MACHADO DA SILVA, L. A. **Criminalidade violenta e ordem pública**. 1997. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- _____. “Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”. In: Itamar Silva. (Org.). **Rio, A democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004, v. I, p. 33-44.
- _____; LEITE, M. P. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.

_____; LEITE, M. P.; FRIDMAN, L. C. “Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública”. In: IBASE; ActionAid; Ford Foundation. (Org.). **MAPAS: Monitoramento ativo da participação da sociedade**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005, v. 1, p. 1-35.

MISSE, M. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. **Civitas**. Porto Alegre, v. 8, n.3, set.-dez. 2008, p. 371-385.

_____(coord.); GRILLO, C.C.; NERI, N. E.; TEIXEIRA, C. P.; SILVA LEANDRO, S. A.. Relatório final de pesquisa. **“Autos de resistência”**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). NECVU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, A. A.; GRILLO, C.C.; NERI, N. E. . **Autos com ou sem resistência: Uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2009.

OLIVEIRA, L.. “No me venga con el Código de Hammurabi... La investigación sócio-jurídica en los estudios de posgrado en derecho”. In: Courtis, Christian (org.). **Observar la ley: ensayos sobre metodología de la investigación jurídica**. Madrid: Trotta, 2006. (p.277-298).

SILVA LEANDRO, S. A.. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da Justiça Criminal: o tratamento judiciário dos “Homicídios por Auto de Resistência”**. Dissertação de Mestrado em Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____; FIGUEIRA, L. E. . **“Não me venha com direitos humanos”**: Por uma compreensão do sujeito no **“homicídio por auto de resistência”**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, p. 261-291, 2014.

SOARES, L. E. ; PIMENTEL, R. ; BATISTA, A. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.